



Nelson Pereira dos Reis*

Economia - Brasil

Crescer e preservar, os desafios do século

O passivo ambiental surge como uma ameaça ao crescimento da China

Nos últimos anos, a insatisfação com o crescimento pífio da economia brasileira tem levado a freqüentes comparações com o impressionante desempenho da China.

Nas três décadas que sucederam à abertura econômica do gigante asiático, o PIB deu um salto de 500%, as exportações aumentaram 20 vezes e 400 milhões de chineses saíram da linha de pobreza para se tornarem consumidores de produtos modernos.

Aquele país também é recordista na captação de recursos externos (US\$ 70 bilhões de investimentos diretos do exterior em 2006), quase quatro vezes os US\$ 18,7 bilhões encaminhados ao Brasil.

Neste ano, houve uma reação nessa área, tendo os investimentos diretos para o Brasil atingido US\$ 31,8 bilhões no acumulado janeiro-agosto. É possível que cheguemos ao fim do ano a US\$ 35 bilhões, que para o Brasil será um recorde histórico, mas representará apenas a metade do que a China carrou no ano passado.

O Brasil ficou patinando muito tempo com uma taxa média de crescimento em torno de 3% ao ano, índice muito aquém da média mundial. Somente em 2007, com a previsão de que o Produto Interno Bruto (PIB) pode ter uma expansão de 4,7%, é que parece que o Brasil está saindo do círculo de ferro do baixo crescimento. A expansão do País a taxas por volta de 4,5% pode ter seqüência, se forem feitos os investimentos em infra-estrutura que o País reclama.

Não se pode esquecer, porém, que os resultados espantosos alcançados pelos chine-

ses têm seu preço, e ele não é baixo. No aspecto social, a China enfrenta profundas discrepâncias: quase 70% da população ainda vive em áreas rurais miseráveis, sem acesso a nenhuma das benesses recém-conquistadas pelos moradores dos grandes centros urbanos.

A mão-de-obra barata, chamariz para empresas estrangeiras, freqüentemente está associada a péssimas condições de trabalho e baixíssima remuneração. Um operário chinês que atua em linha de montagem ganha menos de dois dólares/hora, cerca de cinco vezes menos que um brasileiro. Isto sem mencionar o totalitarismo na política e a ausência do Estado de Direito, tal como o concebemos.

O passivo ambiental também começa a se configurar como uma real ameaça ao crescimento econômico da China. Em dezembro de 2006, o subchefe do órgão oficial de proteção ambiental do governo, Pan Yue, alertou para o risco de uma crise iminente.

Os danos ambientais acumulados nos últimos 30 anos podem acarretar uma perda de 8% a 13% dos ganhos anuais do país. Hoje, um de cada quatro chineses bebe água de má qualidade, e um de cada três respira ar altamente poluído. Um relatório oficial divulgado em 3 de dezembro de 2006 informa que as chuvas ácidas, causadas pela alta presença de dióxido de enxofre na atmosfera, atingem 1/3 do território.

Os níveis de poluição aumentaram e a qualidade do ar se deteriorou: 25,5 milhões de toneladas de dióxido de enxofre foram emitidos pelas fábricas chinesas no ano passado, em ra-

ção, principalmente, do uso de carvão como combustível. O número representa um aumento de 27% em relação às emissões de 2000, além de serem o dobro do limite considerado seguro.

Tais fatos provocam reações negativas por parte de outros países. Com a escalada do chamado consumo consciente, que se propaga com rapidez nos países ricos (principalmente na Europa), os produtos chineses tendem a perder mercado.

Para se defender das críticas dos ambientalistas, o governo chinês enfatiza que, nos últimos 20 anos, exportou grande quantidade de bens pa-

A criação de um órgão ambiental num dos países que mais crescem no mundo sinaliza a disposição de encarar uma nova realidade

ra o mundo todo, e não é justo que tenha de assumir sozinho o ônus da degradação.

Mas seria errado supor que as autoridades chinesas estejam desprezando a necessidade de corrigir os rumos de sua produção no que tange à recuperação e preservação ambiental. A própria criação de um órgão ambiental ligado ao governo sinaliza para essa disposição de encarar um novo — e absolutamente necessário — desafio: encontrar caminhos para empreender o desenvolvimento econômico sustentável.

Além disso, providências destinadas a reduzir a emissão de poluentes estão sendo tomadas em caráter de urgência.

O Brasil, por sua vez, dispõe de condições para crescer em

ritmo condizente com seu potencial, e de fazê-lo de maneira ética e sustentável, sem incorrer nos equívocos chineses.

O primeiro passo é assumir que a responsabilidade ambiental constitui um fator positivo de competitividade, e não um entrave ou obstáculo ao desenvolvimento — por sinal, é exatamente isto que a China está percebendo agora.

Outra medida essencial é realizar as mais do que propagandas reformas tributária e trabalhista. Tal como está hoje, o chamado “custo Brasil” desestimula as empresas estrangeiras a realizarem investimentos no País e onera o setor produtivo, afetando sua capacidade de competir, em condições mais equânimes, no mercado internacional.

O combate à corrupção, a redução de trâmites burocráticos e a ênfase nos investimentos em infra-estrutura completam o quadro de medidas urgentes que precisam ser tomadas.

Mais do que se acomodar ao papel de eterno “país do futuro”, o Brasil precisa assumir sua vocação de “país do presente”. A valorização das nossas características ambientais, que incluem matriz energética limpa, a maior reserva de água potável do planeta, riqueza em biodiversidade e indústria sob controle (deslizes ocorrem, mas são cada vez mais raros) são vantagens incontestáveis do Brasil, não apenas em comparação à China, mas também em relação à Rússia e à Índia, que também compõem o chamado grupo dos Bric.

* Diretor do Departamento de Meio Ambiente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)